

CONTRIBUIÇÕES KANTIANAS AO MODELO COGNITIVO DE BECK

Ana Carolina Rimoldi de Lima

(ILES/ULBRA Itumbiara)

Renata Ferrarez Fernandes Lopes

(UFU – Universidade Federal de Uberlândia)

Ederaldo José Lopes

(UFU – Universidade Federal de Uberlândia)

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar a influência kantiana sobre o modelo cognitivo de Beck. Kant aplica o entendimento de esquemas a conceitos que temos sobre a realidade em geral e conceitos concretos sobre objetos. Beck amplia essa noção para a função dos esquemas em relação aos demais sistemas psicológicos. A filosofia kantiana e o modelo cognitivo de Beck apresentam um ponto de imbricação fundamental, a centralidade da cognição, sobre os demais processos psicológicos. Esse mecanismo, através do qual as estruturas da mente atuam como balizas para a apreensão da realidade, pode ser encontrado originariamente na lógica transcendental de Kant.

Palavras chave: Esquemas mentais; Modelo cognitivo de Beck; Psicopatologia.

Abstract

Kantian Contributions to Beck's Cognitive Model

This paper aim to present the Kantian influence on Beck's cognitive model. Kant applies the understanding of the schemas to concepts we have about general reality and concrete concepts about objects. Beck extends this notion to the function of schemas related to others psychological systems. The Kantian philosophy and Beck's cognitive model presents a fundamental point of encounter, the centrality of cognition, on the others psychological processes. This mechanism, through which the structures of the mind act as limits to the apprehension of reality, can originally be found in Kant's transcendental logic.

Key words: Mental Schemas, Beck's Cognitive Model; Psychopathology.

Introdução

As bases teóricas da terapia cognitiva de Aaron T. Beck começaram a

ser desenvolvidas a partir de hipóteses gerais a respeito de ligações existentes entre o ambiente e a pessoa, em termos de suas cognições, emoções e motivações

(Salkovskis, 2005). A pressuposição básica da terapia cognitiva beckniana é que “todos os outros processos psicológicos são explicados por meio de conceitos cognitivos [...]. A cognição sozinha fornece significado (ou coerência) aos vários outros processos psicológicos básicos” (Beck & Alford, 2000, p. 48). Dessa forma, o modelo de Beck pressupõe uma centralidade da cognição ao considerar que os seres humanos não podem organizar ou expressar processos como emoções, motivações e comportamentos sem o intermédio de constructos cognitivos.

A premissa fundamental do modelo cognitivo de Beck é que a atribuição de significado exerce função chave para entender os comportamentos humanos, tanto adaptativos quanto mal-adaptativos. Segundo essa perspectiva, o processo de atribuição de significado, quer seja automático ou voluntário, influencia diretamente os demais sistemas psicológicos e impulsiona estratégias adaptativas ou mal-adaptativas, dependendo dos conteúdos dos esquemas em curso (Peters, Constans & Mathews, 2011).

Clark, Beck e Alford (1999) apontam que o princípio chave do modelo cognitivo – a centralidade da cognição, ou seja, o papel dos esquemas e das crenças

(conteúdos dos esquemas) no processamento de informação humano – é baseado em influências teóricas advindas da Filosofia, Psiquiatria e da Psicologia. As influências filosóficas incluem: os estóicos, com a noção de que a visão que a pessoa tem de si mesma e do mundo determina seu comportamento. Essa noção fundamenta, por exemplo, o conceito de tríade cognitiva do modelo cognitivo beckniano; o filósofo Immanuel Kant, com a ideia de que os transtornos mentais são resultantes de uma falha para adequar o “senso privado” com o “senso comum”; a filosofia de Heidegger e Husserl, que pressupõe a importância da experiência subjetiva consciente; a Fenomenologia Existencial, perspectiva filosófica que melhor captura o cerne das suposições do modelo cognitivo, que enfatiza a experiência subjetiva consciente, a noção de centralidade do self e a importância dos processos de atribuição de significado.

A influência da psiquiatria sobre o modelo cognitivo de Beck aponta para a ideia de que pensamentos ou ideias psicopatológicas podem ser responsáveis por transtornos mentais (Clark & Beck, 2010). Dos neo-freudianos, como Sullivan e Horney, destaca-se a ênfase em elementos interpessoais e sociais como moduladores dos instintos biológicos enquanto precursores da ideia de sistema

de controle enfatizado no modelo modal (Beck, 2004). Por fim, do psicólogo Albert Ellis destaca-se a influência da noção de que a fonte da perturbação psicológica pode ser encontrada em construções pessoais e facultativas da realidade.

O conceito de esquema é, quiçá, o mais importante do modelo cognitivo de Beck. O termo Esquema é derivado do grego *skhema* (σχήμα), indicando, em sua origem linguística, forma, aparência, plano ou maneira de ser.

Na filosofia, esquema foi empregado por Kant (1781/trad. n.d.) para indicar a regra processual na qual uma categoria ou conceito não empírico é associado a imagem mental de um objeto. De acordo com Eysenck e Keane (2008), as concepções kantianas fundamentam a noção moderna de esquema enquanto estruturas inatas que servem para organizar a nossa percepção do meio ambiente (Duarte, Nunes & Kristensen, 2004).

Nas palavras de Knapp e Beck (2008) observa-se ainda o seguinte destaque para Kant:

Além disso, a estrutura teórica da TC foi construída sobre contribuições de outras escolas, como a abordagem fenomenológica-humanista à psicologia. Inspirada em parte por filósofos como

Kant, Heidegger e Husserl, ela adotou a ênfase na experiência subjetiva consciente (p. 57).

O presente trabalho objetiva apresentar e discutir a influência kantiana sobre o modelo cognitivo de Aaron Beck, especialmente no que diz respeito aos conceitos de esquema e de psicopatologia. Clark, Beck e Alford (1999) ressaltam que “o status científico do modelo cognitivo é, então, em parte dependente de uma clara especificação de suas suposições teóricas” (p. 55). Portanto, a fim de cumprir esses objetivos, serão então apresentados os dois focos principais a serem abordados no texto: a noção de Esquemas e de Psicopatologia para Immanuel Kant e Aaron T. Beck. Por fim, serão traçados paralelos entre ambos os autores com vistas a demonstrar a influência kantiana sobre o modelo cognitivo de Beck.

Este artigo resulta de uma dissertação de mestrado, a qual teve objetivos mais abrangentes. O recorte aqui apresentado caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, com característica exploratório-comparativa, visando elucidar a os conceitos de Esquemas e Psicopatologia na filosofia kantiana e no modelo cognitivo de Beck. Dessa forma, fez-se uma seleção da

bibliografia pertinente, visando apontar paralelos entre as abordagens de ambos os autores, mostrando as influências da filosofia kantiana no modelo teórico de Beck.

O Conceito de Esquemas

Beck e Alford (2000) compreendem o processo de atribuição de significado da realidade a partir da noção de esquemas. O conceito moderno de esquema, entretanto, foi introduzido pela filosofia kantiana e passou a exercer influência em pesquisas e teorias da Psicologia Cognitiva.

Entretanto, antes de adentrar ao conceito de esquema na obra kantiana é importante ressaltar que comumente a obra *Crítica da Razão Pura* (Kant, 1781/trad. n.d.) é apontada como uma “revolução copernicana em filosofia”. Isso porque Kant realizou uma mudança decisiva no conceito de objeto para a filosofia, pois foi a partir dessa obra que se esclarece que é o objeto que se adapta aos conteúdos pré existentes na mente e que não é a mente que invariavelmente se adapta ao objeto. Com a diferenciação dos conceitos de *noúmeno*, que quer dizer o objeto em si e *fenômeno*, que quer dizer a aparição do objeto, torna-se evidente que o aparelho representacional humano é capaz de

conhecer os objetos como eles lhe aparecem à mente (enquanto fenômenos) e não os objetos em si mesmos. O fenômeno torna-se, então, uma representação que é sucessivamente modificada pelas experiências novas em confronto com as velhas noções já estabelecidas. Assim, o ser humano é capaz de perceber e compreender que é afetado por algo a partir do qual se pode criar uma representação (imagética ou verbal), mas não conhece o objeto em si. Temos aqui a centelha, advinda da filosofia moderna, do conceito beckniano de que os fatos são o que parecem ser para quem os experimenta, mas não são experiências em si mesmas.

Para Kant (1781/trad. n.d.) a mente, enquanto um aparato representacional, é constituída por três faculdades distintas e intercambiáveis, são elas: a faculdade do conhecer (referente à aquisição de conhecimentos científicos); a faculdade do apetecer (que compreende nossa capacidade de agir eticamente) e a faculdade de julgar (que implica o uso subjetivo da percepção com a finalidade de vincular as outras duas faculdades). As duas primeiras faculdades são consideradas objetivas e universais, já a última é subjetiva e universal. Os esquemas, segundo a filosofia kantiana, são relativos à faculdade do julgamento. Então, Kant

insere a questão dos esquemas na doutrina transcendental do juízo (contida na *Crítica da Razão Pura*).

Para se compreender melhor a ideia de que a mente não é uma estrutura passiva, o modelo kantiano afirma que a mente percebe algo das sensações (intuições, na linguagem kantiana) que é por sua vez pré-determinada por conceitos de espaço e tempo, os quais são qualidades inerentes à experiência e não aos objetos em si mesmos. Dessa forma, a mente organiza o material que recebe via sensação/percepção segundo formas de espaço e tempo, ou seja, os fatos e as experiências ocorrem sempre em um espaço e em um tempo específico, de tal maneira essas qualidades estabelecem condições para a compreensão dos mesmos (Kant, 1781/trad. n.d.).

Essa noção kantiana fornece elementos básicos para o conceito de tríade cognitiva, apresentada inicialmente nos estudos sobre depressão feitos por Beck. A tríade cognitiva consiste em crenças pessoais referentes a três aspectos fundamentais, a saber: sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre o futuro. Fica claro que categorias de tempo (futuro) e espaço (mundo) permeiam o estabelecimento de uma representação mental acerca da

realidade experimentada (Beck, Rush, Shaw & Emery, 1982).

No mesmo sentido, a doutrina kantiana que estuda como a mente classifica os dados que não são intuídos (a partir da experiência direta), mas que foram deduzidos pelo intelecto, é a Lógica Transcendental, que nas palavras de Kant: “parece que sua própria função é corrigir e assegurar o juízo mediante regras determinadas no uso do entendimento puro” (1781/trad. n.d., p. 69). Assim, definindo-se o entendimento como a faculdade das regras, o juízo seria aquilo que determina se algo está ou não em relação à determinada regra, ou seja, estabelece um bom-senso do julgamento. Uma falha no funcionamento dessa faculdade pode gerar um estado de doença mental.

Uma vez que o juízo trabalha com conceitos e que os conceitos, para Kant, são funções que unificam, ordenam e sintetizam os dados em uma representação comum, é possível estabelecer que pensar é, antes de mais nada, julgar. Podemos estabelecer um paralelo entre essa concepção kantiana e o modelo beckniano, que propõe que nossa interpretação da realidade não é baseada em dados reais evidentes per se, mas em níveis de cognições (em especial, regras e

suposições a serviço de crenças centrais) os quais dirigem nossos julgamentos. Mediante tais reflexões, fica claro que, segundo o modelo kantiano, se a mente trabalhasse exclusivamente com base na intuição (dirigindo-se basicamente pelos dados, sem conceitos, usando apenas conhecimento empírico) isso implicaria julgamentos vagos e imprecisos. Por outro lado, se a mente trabalhasse com base nos conceitos, a despeito de qualquer fundamento sensorial (sem intuição, usando apenas a razão pura), teríamos erros de imaginação. Para Kant (1781/trad. n.d.), entretanto, aliar o fenômeno intuído (o sensível) a conceitos categóricos estabelecidos via dedução (os conceitos) constitui o processo básico dos esquemas transcendentais (representações mentais que conjugam o sensível e o categórico).

O esquema transcendental é, portanto, um elemento homogeneizador, um terceiro termo, que tenta integrar dados e conceitos. Nas palavras do filósofo: “é, pois, evidente que deve existir um terceiro termo que seja semelhante por uma parte à categoria e por outra ao fenômeno, e que torne possível a aplicação da categoria ao fenômeno. Tal é o esquema transcendental” (Kant, 1781/trad. n.d., p. 71).

A descrição kantiana sobre o uso exclusivo do sensível ou do categórico,

sem a harmonização de ambos os elementos no funcionamento mental, consiste na raiz filosófica da noção de distorções cognitivas e dos mecanismos de construção e modificação de esquemas cognitivos mal-adaptados do modelo cognitivo de Beck. O que Kant refere como uso exclusivo da intuição (dos elementos sensíveis) ou dos conceitos (categorias deduzidas a despeito dos dados de realidade), na teoria de Beck pode ser compreendido como erros cognitivos, tais como o raciocínio emocional, a maximização/ minimização, supergeneralização, pensamentos dicotômicos dentre outros, os quais são erros de interpretação da realidade baseados em um enfoque puramente subjetivo – o significado pessoal que a pessoa atribui às situações que vivencia, o qual resulta diferente do significado real das mesmas situações. Por outro lado, aliar dados sensoriais a conceitos de forma harmônica parece ser a tônica das principais técnicas cognitivas para a identificação e modificação dos esquemas mal adaptados, como as técnicas de reestruturação cognitiva. Em termos kantianos, terapeutas cognitivos tentam acessar, avaliar e modificar esquemas transcendentais, unindo harmonicamente fenômeno e categoria, a fim de gerar uma síntese genérica e mais aprimorada que a

representação mental preexistente a qual, anteriormente à intervenção, caracterizava-se pela idiosincrasia.

Nota-se com isso que para Kant o esquema é uma síntese representativa de um conceito, a qual não se limita a nenhuma categoria específica, a figuras particulares da experiência e nem a qualquer imagem possível. Por exemplo: o esquema do conceito de quantidade é um número genérico (não um número específico) que compreende a ideia de adição sucessiva de elementos semelhantes entre si. Nas palavras do próprio filósofo:

De tudo isto resulta que o esquematismo do entendimento, pela síntese transcendental da imaginação, tende unicamente à unidade dos elementos diversos da intuição no sentido interno, e assim mesmo, ainda que indiretamente, à unidade da percepção. . . . Os esquemas dos conceitos puros do entendimento são, pois, as únicas e verdadeiras condições pelas quais podem estes conceitos pôr-se em relação com objetos e dar-lhes, por conseguinte, uma significação (Kant, 1781/trad. n.d., p. 74).

Dessa forma, Kant (1781/trad. n.d.) compreende os esquemas como um veículo do juízo (faculdade do julgamento) que

permite alinhar conceitos puros à sensibilidade, ou seja, os esquemas atuam como estruturas balizadoras de nossa compreensão da realidade. Logo, a razão parece ser a possibilidade de lançar-se para além do físico, fugindo do horizonte da experiência, desembocando em representações mentais (esquemas mentais) cujas significações ultrapassam o dado sensorial bruto. Por exercer essa função de dar significado à realidade, os esquemas podem relacionar-se a doenças mentais quando não são devidamente dirigidos pela razão. Kant (1764/trad. 2010) afirma que as fraquezas da mente são causadas por fraquezas na faculdade de julgar ou pela preponderância das paixões sobre a razão. Segundo o filósofo, a função do entendimento é ponderar a satisfação das inclinações (desejo sensível, isto é, desejo físico, corporal e empírico natural ao sujeito). Entretanto, se uma inclinação é especialmente forte, tomando o espectro de uma paixão, o entendimento tem pouca valia sobre ela e, dessa forma, a pessoa não é capaz de avaliar suas más consequências, tornando sua razão cativa e em estado de insensatez. As doenças mentais são, assim, fraquezas da faculdade de julgamento que causam, primeiramente, sofrimento no corpo. Com o passar do tempo a doença irrompe e, então, é

possível apontar sua causa no estado mental que a precedeu. É possível perceber aqui um primitivo embrião do conceito de centralidade da cognição na explicação da sintomatologia dos transtornos mentais.

Os conceitos kantianos sobre esquemas e doenças mentais exerceram forte influência sobre as teorias e as terapias cognitivas. Tais contribuições embasaram especialmente o trabalho de Piaget e de Bartlett, cujas concepções sobre esquemas implicaram numa linha direta de influência no uso do constructo pelas abordagens cognitivas com aplicações clínicas.

Conforme Bartlett (1995), através dos esquemas, os humanos reformulam e remodelam, em padrões organizados, as informações provenientes de suas experiências. Dessa forma, as impressões sensoriais das experiências como ver, ouvir ou tocar objetos são conectadas com características individuais (esquemas) de modo que, seu sentido original é convertido ao sentido pessoal. Esse viés subjetivo aponta claramente para a influência da lógica transcendental kantiana não só sobre a terapia cognitiva de Beck, mas sobre todas as formas de psicoterapias cognitivas e construtivistas que se baseiam nos modelos de esquema de Bartlett, que por sua vez baseou-se em

Kant para explicar os fenômenos representacionais.

Segundo Williams, Watts, MacLeod e Mathews (1997), podemos encontrar na literatura da área diversos usos do termo esquema na Psicologia Cognitiva que podem ser agrupados segundo alguns conceitos gerais. Esses incluem: esquemas como um corpo de conhecimento armazenado que interage com os processos de memória, guiando a atenção, expectativas e interpretação de fatos novos; esquemas sendo compostos por informações estereotipadas a respeito de diversos temas, as quais servem de molde para organizar novas informações; esquemas contendo conhecimentos genéricos, os quais constituem representações prototípicas das regularidades ambientais, ou seja, sumários organizados de atributos e relações; e, por fim, os esquemas também são entendidos como pacotes de informações genéricas, de modo que a ativação de uma parte do conteúdo produz a ativação de um todo informacional. Os autores afirmam ainda que, embora com algumas peculiaridades diferentes, um consenso entre os pesquisadores é que “um esquema certamente consiste em um domínio armazenado de conhecimento o qual interage com o processamento da nova informação” (Williams *et al.*, 1997, p.

212). Tais concepções de esquema nos remetem mais uma vez ao mecanismo procedural dedutivo envolvido nos esquemas transcendentais kantianos.

Em consonância com os modelos experimentais, o modelo cognitivo de Beck define os esquemas como elementos cognitivos individuais relacionados ao sistema de processamento de informações, cujos conteúdos informacionais contêm aglomerados de significados atribuídos a eventos e experiências vivenciadas pelos indivíduos (Clark, Beck, & Alford, 1999). Assim, os esquemas são uma representação mental relativamente duradoura a respeito de informações genéricas armazenadas sobre estímulos, ideias ou experiências que atuam na organização de novas informações de um modo significativo ao indivíduo. A partir de suas representações, os esquemas guiam a seleção, codificação, armazenamento e recuperação de informações, ou seja, eles atuam como uma espécie de filtro perceptivo que baliza a interpretação de novas informações.

Os esquemas são encontrados em quaisquer pessoas e representam a particularidade de suas personalidades. Porém, podem tornar-se inflexíveis e prepotentes em transtornos de personalidade, representando um viés interpretativo que se aplica frequentemente

às mais diversas situações. Nesse caso, constituem-se como esquemas disfuncionais. Além disso, os esquemas disfuncionais relacionam-se também às síndromes sintomáticas clínicas, pois “uma interpretação negativa de um evento está ligada a um afeto congruente com essa interpretação” (Beck, Freeman, & Davis, 2005, p. 38), entretanto sua ocorrência nesses casos é mais situacional, ao passo que em transtornos de personalidade é mais contínua.

Aliando as concepções de ambos os autores de interesse, observa-se que Kant apresenta os esquemas como uma função da faculdade do julgamento que organiza a percepção, ou seja, alia conceitos puros do entendimento aos respectivos representantes empíricos e é essa função de síntese realizada pelos esquemas que concede significado à realidade. Kant aplica este entendimento de esquemas a conceitos que temos sobre a realidade em geral, ou seja, conceitos concretos sobre objetos (p.ex. o conceito de esfera) e conceitos abstratos (p.ex. o próprio conceito de realidade).

Beck, por sua vez, além de entender os esquemas como estruturas que fornecem significação à realidade, amplia essa noção incluindo a função dos esquemas em relação aos demais sistemas psicológicos e,

ainda, define diferentes tipos de esquemas conforme o tipo de “informação” que manipulam, isto é, as informações afetivas são manipuladas por esquemas emocionais, as informações cognitivas (que envolvem memória, percepção, atenção, etc.) são manipuladas por esquemas cognitivos, e assim por diante, abrangendo todos os sistemas do funcionamento humano.

Assim, partindo da filosofia kantiana, Beck amplia o entendimento dos esquemas como estruturas que direcionam o processamento de informação humano não apenas para conceitos gerais, mas abrangendo também a formação de emoções e o direcionamento de comportamentos, os quais poderiam parecer injustificáveis sem a noção de processamento idiossincrático da informação apresentada por Beck. Além disso, o autor apresenta uma relação direta entre o processamento esquemático de informações e o desenvolvimento/manutenção de transtornos emocionais ou de personalidade.

O Conceito de Transtornos Mentais

Como pode ser observado, tanto o Kant quanto Beck apresentam uma relação entre o processamento esquemático e os transtornos mentais. Em Kant a relação

entre esquemas e doenças mentais pode ser inferida por intermédio da faculdade de julgamento a qual baliza ambos os processos. Conforme este filósofo, as doenças mentais são resultantes de uma falha na operação da faculdade de julgamento, o que faz com que a razão sucumba às inclinações ou paixões.

Essa visão do filósofo pode ser encontrada no texto *Antropologia* de um ponto de vista pragmático de 1798, obra na qual ele apresenta as perturbações psicopatológicas, denominadas afecções e paixões, e apresenta o homem em contradição entre essas e a razão. As afecções são sentimentos súbitos e passageiros de prazer e desprazer que tomam o controle da mente de modo a tornar a ponderação impossível. As paixões são inclinações (desejos, vontades) naturais ao sujeito, isto é, referem-se a necessidades naturais e animais dos seres vivos, porém que se apresentam de forma exacerbada e duradoura, privando o homem de sua liberdade. Segundo Kant, quando dominado por esses sentimentos, o homem está em estado cativo e de insensatez.

Contudo, anteriormente a tais definições, há uma obra de Kant denominada *Ensaio sobre as doenças da cabeça* de 1764 (trad. 2010) na qual o tema principal é a loucura. Todas as outras

incursões de Kant sobre o tema são fragmentos de reflexões em que o objetivo é a discussão de outras temáticas. É no “Ensaio” que começou a surgir um campo semântico que fundamentou o desenvolvimento do conceito de pensamento transcendental. Nesse sentido, emerge a possibilidade de conceber a “ilusão” e a “propensão para o excesso” como elementos intrínsecos à razão pura, especialmente no que tange aos juízos sintéticos (aqueles que através da junção de informações distintas chegam a uma nova informação). Ou seja, nesse “Ensaio” estão as bases dos conceitos de juízo sintético e juízo analítico que foram desenvolvidos 17 anos mais tarde e apresentados na *Crítica da Razão Pura* (Panarra, 2010).

O “Ensaio” foi publicado pela primeira vez em 5 números da revista *Königsbergischen Gelehren und Politischen Zeitungen*, tendo início em fevereiro de 1764, mas somente alguns anos mais tarde foi editado como livro (Panarra, 2010). As reflexões de Kant basearam-se em um episódio peculiar. Ao final do ano de 1763 surgiu em Königsberg, cidade em de Kant viveu toda sua vida, um polaco chamado Jan Komarnicki, pastor de ovelhas e cabras, que após uma doença estomacal, passou a

apresentar sérias perturbações alucinatórias. Este homem foi chamado “profeta das cabras”, pois respondia com versículos bíblicos a qualquer interlocução. A despeito dos diferentes enfoques antropológicos possíveis sobre o episódio (por exemplo, o do fanatismo religioso), o enfoque dado no “Ensaio” foi mostrar o papel da influência social exercida sobre a doença mental. Portanto, dois temas são fundamentais nessa obra: a loucura e a influência da vida em sociedade no progresso moral do homem (Panarra, 2010).

O estudo da loucura em Kant não parece se dar por simples curiosidade. Se associarmos os diversos escritos do filósofo entre 1764 (*O Conceito do Belo e do Sublime*) e 1781 (*Crítica da Razão Pura*), notaremos interesses de natureza metafísica em todo esse período. Nesse sentido, para Kant foi possível estabelecer uma analogia funcional (uma forma de parentesco) entre a capacidade da razão humana de estabelecer hipóteses metafísicas sem sustentação sensorial (raciocínios sem base sensorial direta fundamentados em mecanismos dedutivos) e a natureza delirante. Em um sentido a razão pode ser vista como a faculdade que conduz ao excesso e à perda dos limites dados pelo sensório à medida que

estabelece representações mentais de eventos intangíveis aos sentidos. Essa capacidade de extrapolar aos dados sensoriais evidentes tem, sem dúvida, diversos elementos comuns ao delírio.

Kant não define claramente a organização das psicopatologias. Para ele um mecanismo de inversão rege o funcionamento de todas as patologias. A lógica da inversão baseia-se na ideia de que um elemento se sobrepõe aos restantes, em outras palavras, quando a saúde mental está preservada, é a razão o elemento que faria a mediação entre o interior e o exterior. Ela estabeleceria os limites e traçaria as fronteiras entre a fantasia e a realidade, regendo, portanto, o equilíbrio desses dois polos. O modelo kantiano pressupõe, assim, que haveria uma continuidade entre interior e exterior, e a perturbação seria uma descontinuidade que é introduzida pelo mecanismo de inversão. Assim, em graus mais leves de psicopatologia haveria uma inversão na relação entre as paixões e a razão, de tal forma que a razão se deixaria dominar pela paixão (vontade/impulsos), não podendo mais estabelecer os limites entre realidade e fantasia, produzindo um desequilíbrio. Contudo, isso não implicaria o desaparecimento de nenhum desses elementos, mas de fato em uma “mudança de ascendente de um elemento sobre o

outro” (Panarra, 2010). Conforme menciona o filósofo:

Vou passar das deficiências da cabeça que são desprezadas e escarnecidas para aquelas que habitualmente são vistas com comiseração. Divido estas doenças em dois tipos: o primeiro é a impotência, o segundo é a inversão (Verkehrtheit). As primeiras caem sob o título geral de idiotia, as segundas sob o de ânimo perturbado... (Kant, 1764/trad. 2010, p. 216). Este juízo, que faz do doente e da sua infelicidade um motivo de reprovação sarcástica, é muito cruel e baseia-se num erro comum, segundo o qual se costuma confundir causa e efeito. Quando se atenta um pouco nos exemplos, reconhece-se que sofre primeiro o corpo; que no início quando o germe da doença se desenvolve imperceptivelmente, se sente uma inversão ambígua da mente que não encerra a suspeita de uma perturbação do ânimo, que se expressa em caprichos amorosos profundos, numa atitude enfatuada e por último num matutar profundo e estéril. Com o tempo a doença manifesta-se e leva a crer que a sua razão reside no estado do ânimo que a precedeu. Deveria dizer-se antes, que a pessoa se tornou soberba, porque já estava perturbada num certo grau, em

vez de dizer que ficou perturbada, porque era soberba (Kant, 1764/trad. 2010, p. 222).

Essa lógica de que um elemento se sobrepõe aos outros, não implica, entretanto, nem o desaparecimento da capacidade sensorial para perceber a realidade, nem da capacidade de raciocinar, mesmo em contextos psicopatológicos e parece ser um equivalente precoce do conceito de hipervalência de esquemas descrito em Beck. Nota-se que a “inversão ambígua da mente” implica a sobreposição da realidade interna sobre a realidade externa, desaparecendo o equilíbrio típico dos contextos de saúde mental como, por exemplo, retomando Beck, quando as crenças centrais de desamparo ou de falta de amor dirigem todo o processamento de uma dada experiência ou, em outras palavras, quando ocorre um viés disfuncional sistemático no processamento de informação.

Isso fica claro ao se comparar as palavras de Kant citadas acima com as de Beck:

No campo da psicopatologia, o termo “esquemas” tem sido aplicado a estruturas com conteúdos altamente personalizados, que são ativados

durante transtornos como depressão, ansiedade, ataques de pânico e obsessões e se tornam preponderantes. Quando idiossincráticos, estes esquemas deslocam e, provavelmente, inibem outros esquemas mais adaptativos ou mais apropriados a uma dada situação. Consequentemente, eles introduzem um viés sistemático no processamento da informação (Beck, Freeman & Davis, 2005, p. 39).

É interessante notar que, segundo Panarra (2010), o processo de inversão kantiano não resulta numa percepção sem fundamento na realidade, mas sim em uma alteração e ilusão interpretativa da mesma. A preponderância do componente da fantasia sobre a representação perceptiva resulta na representação de uma interpretação e não do evento em si mesmo. Em resumo, para Kant o que está na origem da psicopatologia é a intensificação da presença de um dos elementos constitutivos do estado saudável, apresentado de forma regressiva (Panarra, 2010).

Essa compreensão de que processos psicopatológicos são exacerbações de protótipos padrões, *a priori* adaptativos, é a base filosófica possivelmente mais precoce da noção de psicopatologia

proposta no modelo cognitivo de Beck, que pressupõe os transtornos mentais como uma mal adaptação de estratégias geneticamente herdadas com o intuito de garantir a sobrevivência de nossa espécie. Além disso, Beck compreende que os transtornos de personalidade seriam a intensificação de elementos idiossincráticos naturais a cada pessoa. Paralelamente, a filosofia kantiana apresenta a doença mental como exacerbação de elementos constitutivos do estado saudável, pressupondo também a noção de continuidade entre saúde e doença. Os excertos abaixo permitem vislumbrar a relação entre ambos os autores:

Da mesma forma, a variabilidade do pool genético poderia explicar diferenças individuais de personalidade. Assim, um indivíduo pode ser predisposto a congelar diante do perigo, outro a atacar e um terceiro, a evitar qualquer possível fonte de perigo. Essas diferenças de comportamento manifesto ou de estratégia - qualquer uma delas pode ter valor de sobrevivência em certas situações - refletem características relativamente persistentes de certos “tipos de personalidade”. Um exagero desses padrões pode levar a um transtorno de personalidade (Beck, Freeman & Davis, 2005).

Ainda, conforme a filosofia kantiana tem-se que:

No que diz respeito ao primeiro mal, a saber, o desarranjo (Verrückung), passo a explicar as suas manifestações do modo seguinte: a alma de toda e qualquer pessoa, mesmo no seu estado completamente saudável, está sempre ocupada a pintar imagens de coisas que não estão presentes ou a completar as semelhanças imperfeitas entre as coisas presentes na representação, através de um ou outro traço quimérico que a nossa faculdade poética criadora (schöpferische Dichtungsfähigkeit). (...) Não é por isso de admirar que os sonhos, enquanto durarem, sejam tomados por experiências verdadeiras de coisas reais. Pois, por serem nesse estado as representações mais fortes na alma, são o equivalente das sensações no estado de vigília. Supondo que certas quimeras, seja qual for a sua causa, tenham como que afetado um órgão qualquer do cérebro, de modo que a impressão causada seria tão profunda e simultaneamente tão efetiva como uma sensação é capaz de ser, então esta fantasia (Hirngespinnst) teria de ser tomada por uma experiência real, mesmo no estado de vigília e encontrando-se a pessoa na posse de

uma boa e saudável razão (Kant, 1764/ trad. 2010, p. 217).

Considerando a ideia kantiana apresentada acima, é possível concluir que para o filósofo, assim como para Beck, a loucura não resulta da adulteração de dados perceptivos, mas de uma alteração ou disfunção no plano do entendimento/interpretação da realidade. Dependendo do grau de afastamento da interpretação dos fatos e do fenômeno per si, pode-se falar em psicopatologia. Esse pressuposto pode ser observado na frase de Beck: “Uma pessoa com um transtorno psicológico está num estado puramente construtivista. Entretanto, no estado mais normal, uma pessoa é tanto construtivista quanto um empirista/realista” (Beck & Alford, 2000, p. 31).

Considerações Finais

Este estudo aponta algumas aproximações entre a filosofia kantiana e o modelo cognitivo de Beck no que tange aos conceitos de Esquemas e Psicopatologia. No entanto, não esgota as possibilidades de entendimento e aproximação entre ambos os teóricos, uma vez que, sabe-se, a filosofia kantiana tem

uma importante influência sobre o desenvolvimento de toda a psicologia.

Além dos conceitos supracitados, uma última semelhança pode, ainda, ser notada em ambos os teóricos quanto ao entendimento funcional das emoções (paixões em Kant). Tanto para Kant quanto para Beck, as emoções positivas impelem o sujeito a permanecer no estado de humor em que está e as negativas incitam-no a alterar seu estado. Assim, pode-se concluir que nos dois modelos as emoções atuam no direcionamento motivacional do sujeito, podendo conduzi-lo a uma ou outra ação.

Além disso, ambos teóricos consideram que as emoções podem ser adaptativas ou mal adaptativas, sendo que o crivo que as define de uma ou outra forma é o quanto afetam ou são afetadas pelo funcionamento adequado da razão (ou cognitivo). Dessa forma, a razão/cognição atua como organizadora das experiências motivacionais e emocionais do sujeito (Beck, 2004; Kant, trad. 2009).

Assim, de forma geral, pode-se dizer que a filosofia kantiana e o modelo cognitivo de Aaron T. Beck apresentam um ponto de embricamento fundamental, definido por Beck como a centralidade da cognição sobre os demais processos psicológicos. Esse mecanismo pelo qual as estruturas prévias da mente atuam como

balizas para a apreensão da realidade pode ser encontrado originariamente na lógica transcendental de Kant.

Nota-se que, apesar de Beck afirmar a relação de sua teoria com a filosofia de Kant, ele apresenta tais relações de forma mais modesta, mais restrita e por meio de fontes indiretas, comparativamente ao como essas relações realmente se dão. Certamente, Beck não se baseou somente na filosofia kantiana para estruturar as bases de sua teoria, mas também em outros teóricos cognitivistas e neurocientistas que sofreram influência da filosofia kantiana. De fato, o

conhecimento psicológico atual tem forte ascendência kantiana, mesmo quando isso não é explicitado.

Dessa forma, este artigo buscou elucidar e apontar os paralelos possíveis entre Beck e Kant. Claramente, este recorte não esgota todo o arcabouço filosófico que sustenta a teoria cognitiva de Beck, mas fornece indícios de que uma boa parte deste arcabouço teórico pode ser encontrada na filosofia kantiana e visa apontar que o modelo cognitivo de Beck alia os achados clínicos práticos a uma base filosófica consistente.

Referências

- Bartlett, F. C. (1995). A theory of remembering. In *Remembering: a study in experimental and social psychology* (pp. 197-214). New York: Cambridge University Press.
- Beck, A. T. (2004) Além da crença: Uma teoria de *modos*, personalidade e psicopatologia. In P. M. Salkovskis (Ed.) & A. M. Serra (organizadora da tradução brasileira), *Fronteiras de terapia cognitiva* (pp. 21-40). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1996).
- Beck, A. T.; Rush, A. J.; Shaw, B. F. & Emery, G. (1982). Uma visão geral. In V. Ribeiro (Trad.), *Terapia cognitiva da depressão* (pp. 15-45). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1979).
- Beck, A. T. & Alford, B. A. (2000). *O Poder Integrador da Terapia cognitiva*. In M. C. Monteiro (trad.) & M. C. G. Sirotsky (consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição). Porto Alegre: Artmed. (Original publicado em 1997).

- Beck, A.T.; Freeman, A.; Davis, D. D. & Associates (2005). Teoria dos transtornos da personalidade. In M. A. V. Veronese (Trad.) & C. N. de Abreu (consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição) *Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade* (pp. 31-57). São Paulo: Artmed. (Original publicado em 1990).
- Clark, D. A. & Beck, A. T (2010). Cognitive theory and therapy of anxiety and depression: Convergence with neurobiological findings. *Trends in Cognitive Sciences*, 14, 418-424.
- Clark, D. A.; Beck, A. T. & Alford, B. A. (1999). *Scientific foundations of cognitive theory and therapy of depression*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Duarte, A. L. C.; Nunes, M. L. T. & Kristensen, C. H. (2004). Esquemas desadaptativos: revisão sistemática qualitativa. *Revista Brasileira de terapia cognitiva*, vol.4, n.1.
- Eysenck, M. W. & Keane, M. T. (2008). *Manual de psicologia cognitiva* (5º ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Kant, I. (1781/trad. n.d.). *Crítica da razão pura* (versão eletrônica do livro). J. R. de Mereghe (Trad.) & Membros do grupo de discussão Acrópolis (créditos da digitalização) (homepage do grupo: <http://br.groups.yahoo.com/group/acropolis/>). Acesso em setembro de 2010, disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br>. (Original publicado em 1781).
- Kant (trad. 2009). Antropologia de um ponto de vista pragmático. In C. A. Martins (Trad.) & M. Suzuki (Revisão Técnica). Coleção Biblioteca Pólen. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda. (Original publicado em 1798).
- Kant, I. (trad. 2010). Ensaio sobre as doenças da cabeça (pp. 81-95). In P. M Panarra (trad.), *Revista Filosófica de Coimbra*, 37, pp. 201-224.

Knapp, P. & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. In *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30 (supl.2), pp. 54-56. Acesso em janeiro de 2011, disponível em: <http://www.scielo.br>.

Panarra, P.M. (2010) Introdução ao Ensaio sobre as doenças da cabeça de 1764. *Revista Filosófica de Coimbra*, 37, 201-224.

Peters, K. D.; Constans, J. I. & Mathews, A. (2011). Experimental modification of attribution processes. *Journal of Abnormal Psychology*, 120, 168-173.

Salkovskis, P. M. (2005). Terapia cognitiva e Aaron T. Beck. In P. M. Salkovskis (Ed.) & A. M. Serra (organizadora da tradução brasileira), *Fronteiras de terapia cognitiva*, (epílogo, pp. 455-460). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Original publicado em 1996).

Williams, J. M. G.; Watts, F. N.; MacLeod, C. & Mathews, A. (1997). *Schemata. Cognitive Psychology and emotional disorders*. England: British Library.

Os autores:

Ana Carolina Rimoldi de Lima é graduada em Psicologia e mestre em Psicologia da Saúde pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Tem experiência de atuação em saúde pública. Atualmente é docente de Psicologia no Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara (ILES/ULBRA). E.mail: rlanacarolina@yahoo.com.br

Renata Ferrarez Fernandes Lopes possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1993) e graduação em Teologia pela Faculdade Católica de Uberlândia (2013), mestrado em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo (1996) e doutorado em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é professora associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicoterapia Comportamental-Cognitiva para adultos e crianças. E.mail: rfernandeslopes@fapsi.ufu.br

Ederaldo José Lopes possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1989), mestrado em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo (1992), doutorado em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo (1997) e pós-doutorado em filosofia da mente e ciências cognitivas pela Universidade Federal de São Carlos (2003). Atualmente é Professor Titular do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. E.mail: ederaldol@umuarama.ufu.br